

ENSINO COLABORATIVO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E PERSPECTIVAS FUTURAS

Leidiane Silva de Oliveira¹
Michele Dias Pinto Limeira²
Dorivaldo Alves Salustiano³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão sistemática da literatura sobre o ensino colaborativo como uma alternativa aos modelos tradicionais de educação especial, com foco na inclusão de alunos com deficiência. O estudo em apreço, apresenta dados preliminares, tendo em vista que trata-se de uma pesquisa que ainda está em andamento e foi realizada por meio de uma busca nas bases de dados da Capes e na Revista Educação Especial, utilizando os descritores "ensino colaborativo" e "educação inclusiva". Os critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos para selecionar estudos relevantes, considerando o tipo de estudo, período de publicação e idioma. Os resultados destacam a importância da formação docente e da reestruturação escolar para que aconteça uma verdadeira inclusão. Além disso, evidencia-se a necessidade de investimentos em recursos e condições adequadas para promover sua implementação eficiente. Os estudos analisados revelam que trabalhar colaborativamente requer uma abordagem desde a formação inicial dos professores. Embora o ensino colaborativo seja amplamente discutido como uma estratégia eficaz para a inclusão de alunos com deficiência, há desafios significativos a serem superados. Entre eles, destacam-se a falta de recursos adequados, barreiras estruturais e resistência à mudança. Porém, exemplos concretos e estudos de caso demonstram que, quando implementado com sucesso, o ensino colaborativo pode melhorar significativamente a experiência educacional dos alunos com deficiência. Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas e práticas educacionais se concentrem em estratégias específicas para superar esses desafios. Isso pode incluir o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas, parcerias comunitárias para apoiar a implementação do ensino colaborativo e treinamento adicional para educadores. Essas iniciativas têm o potencial de promover uma educação mais inclusiva e equitativa para todos.

Palavras-chave: Ensino colaborativo, Inclusão, Deficiência.

INTRODUÇÃO

O percurso histórico das pessoas com deficiência foi marcado por uma jornada significativa. Atualmente, a educação inclusiva é pautada no princípio fundamental de que todos os alunos devem participar coletivamente do processo de ensino e aprendizagem, promovendo o respeito e a valorização das diferenças individuais.

¹Mestranda em Educação – UFCG/PPGE – leidiane.oliveira@estudante.ufcg.edu.br;

² Mestranda em Educação – UFCG/PPGE – michele.dias@estudante.ufcg.edu.br;

³ Professor orientador: Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal de Campina Grande – dorivaldo.alves@professor.ufcg.edu.br.

É com base nessa perspectiva que, ao verificar as propostas educacionais inclusivas, observamos que para torná-la uma realidade, é crucial não apenas promover uma mudança de mentalidade em relação ao acesso e permanência educacional para todos, mas também desenvolver estratégias, condições e recursos.

Nesse sentido, uma das estratégias utilizadas atualmente é o ensino colaborativo, porém, estabelecer uma relação colaborativa entre os(as) professores(as) da sala regular e os(as) professores(as) responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, não se constitui uma tarefa simples, pois demanda dos(as) docentes envolvidos no processo a observação e atenção às características individuais e coletivas. Para Rabelo (2012) “A colaboração entre professores do ensino comum e ensino especial exige a assunção de responsabilidades no ensino de todos os alunos da sala e não somente dos alunos com NEEs”.

Assim, nossa investigação consistiu em verificar o que está sendo produzido no campo científico sobre o ensino colaborativo e inclusão de alunos(as) com deficiência e apontar as (im) possibilidades da aplicabilidade desta estratégia de ensino. Tendo em vista que segundo Souza, Silva e Carvalho (2010) a Revisão da Literatura tem como objetivo agrupar conhecimentos relevantes para a compreensão de uma temática específica, proporcionando uma visão mais abrangente sobre o assunto. Este processo envolve a observação, organização, registro e análise dos dados encontrados, contribuindo para a construção de uma base sólida de informações relacionadas ao tópico em questão.

METODOLOGIA

O processo metodológico se pautou em uma revisão da literatura exploratória, no campo do ensino colaborativo, com ênfase na produção sobre a educação inclusiva. A amostra da pesquisa é constituída por artigos científicos, dissertações e teses selecionados pelos seguintes critérios de inclusão: (a) serem produzidos no Brasil; (b) estarem disponíveis *online*; (c) publicados e indexados nos referidos bancos de dados científicos: catálogo de teses e dissertações da Capes e a Revista Educação Especial editada pela Universidade Federal de Santa Maria. Foram utilizados os termos e operadores booleanos: “ensino colaborativo” AND “educação inclusiva”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Especial no Brasil teve seu início limitado a iniciativas isoladas de indivíduos que defendiam a inclusão das pessoas com deficiência. As primeiras ações voltadas para o atendimento educacional dessas pessoas foram realizadas por meio de campanhas direcionadas a grupos específicos de deficiências, coordenadas por associações privadas. No Brasil, destacam-se instituições como o Instituto Benjamin Constant (IBC) fundado 1854, que oferecia educação para crianças cegas; o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) criado 1857, que atendia pessoas surdas; além da Sociedade Pestalozzi do Brasil criada em 1927, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) fundada em 1950 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) criada em 1954, voltadas para crianças com deficiência intelectual.

Essas instituições desempenharam um papel importante na educação de pessoas com deficiência, substituindo as escolas regulares. Isso ocorria porque se acreditava que as escolas regulares não estavam preparadas para receber esse público, que necessitava de um atendimento especializado, uma vez que entendia-se que em locais separados, as crianças com deficiências, estariam protegidas e bem cuidadas. Essas iniciativas pioneiras foram essenciais para despertar e iniciar o debate sobre a inclusão educacional e para sensibilizar a sociedade para a importância de garantir acesso à educação para todas as pessoas, independentemente de suas necessidades específicas.

No entanto, a ideia de uma escola que acolha a todos, sem distinção de gênero, classe social, deficiência, raça ou outras características, foi concebida como um paradigma desafiador e inovador, tendo em vista que tradicionalmente, a educação foi baseada na seleção de quem merecia receber educação escolar, em vez de ser um direito de todos. No entanto, em resposta a novas expectativas e demandas sociais, profissionais da educação buscaram alternativas menos segregadoras, vislumbrando uma escola que celebrasse e acolhasse a diversidade humana.

Assim, a educação inclusiva surge como uma proposta de transformação da cultura escolar, buscando desenvolver respostas educativas que atendam a todos os alunos, independentemente de suas condições individuais ou experiências anteriores. Conforme destacado por Glat, Plestch e Fontes (2007), a educação inclusiva representa uma nova concepção de escola, que busca garantir oportunidades equitativas para todos os estudantes. Nessa perspectiva, Freitas (2015) enfatiza que a escola inclusiva deve se enxergar como

beneficiada pelo processo de inclusão, ao invés de se sentir invadida ou prejudicada pela presença de indivíduos cujas características fogem ao padrão.

Dessa forma, a visão contemporânea da escola inclusiva é a de uma comunidade educacional que reconhece e valoriza a diversidade como um recurso, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam a participação e o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Em vez de excluir ou marginalizar, a escola inclusiva busca criar ambientes de aprendizagem acolhedores, que estimulem o respeito mútuo, a colaboração e o crescimento pessoal e acadêmico de cada indivíduo.

Nesta perspectiva, nos deparamos com o conceito de ensino colaborativo. Em relação à definição do conceito, Mendes, Almeida e Toyoda (2011, p. 85) propõem o seguinte entendimento:

O Ensino Colaborativo ou coensino é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes. Ele emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, como um modo de apoiar a escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Assim, ao invés dos alunos com necessidades educacionais especiais irem para classes especiais ou de recursos, é o professor especializado que vai até a classe comum na qual o aluno está inserido para colaborar com o professor do ensino regular.

No entanto, trabalhar colaborativamente vai além do papel desempenhado pelos professores na sala de aula. É crucial compreender que, conforme destacam as autoras Capellini e Zerbato (2019), no ensino colaborativo não há um modelo único para a organização do ensino. O sucesso de sua implementação reside no engajamento de todos os envolvidos, na clareza na definição dos papéis e responsabilidades, e, conseqüentemente, em uma gestão que é comprometida com essa proposta e sua articulação dentro da escola, tendo em vista que a proposta baseia-se na iniciativa de trazer o trabalho dos especialistas para dentro da escola, exigindo um relacionamento de igualdade entre esses profissionais. Isso sugere uma complementação nos conhecimentos, objetivos e perspectivas, visando uma colaboração eficaz para atender às necessidades dos alunos de forma abrangente e integrada.

Nesse contexto, para alcançar uma verdadeira inclusão escolar, é imprescindível que a instituição educacional e todos os seus membros estejam comprometidos em desenvolver projetos educativos abrangentes, capazes de atender às diversas necessidades dos alunos. Isso requer não apenas disposição, mas também a criação de oportunidades para a expansão dos conhecimentos, a dedicação de tempo adequado para um planejamento minucioso, a garantia

de acesso facilitado aos recursos humanos e materiais necessários, e o reconhecimento da importância do trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais envolvidos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Na investigação realizada foram encontrados um total de 64 trabalhos, sendo 55 no catálogo de teses e dissertações da Capes e 9 na Revista Educação Especial, as pesquisas abrangem uma variedade de tópicos que estão relacionados à educação inclusiva, explorando o papel do ensino colaborativo ligado a formação docente, estratégias pedagógicas e práticas inclusivas em diferentes contextos educativos e para diversos tipos de deficiências.

Segundo Mendes (2020, p. 128), “o trabalho colaborativo é uma proposta de ensino bastante promissora que precisa ser amplamente discutida e aplicada”. Dentre as publicações encontradas, foi observado o impacto positivo na aprendizagem dos alunos, uma vez que a integração de diferentes habilidades e estilos de aprendizagem pode enriquecer o ambiente educacional, além disso foi identificado a importância da formação de professores(as) para a implementação eficaz do ensino colaborativo.

A capacitação adequada dos educadores é considerada crucial para o sucesso dessa estratégia de ensino. Na visão de alguns pesquisadores (Lemos, 2022; Gonçalves, 2022; Anjos, 2022), para alcançar uma colaboração eficaz é fundamental iniciar esse processo desde a formação inicial dos docentes, diminuindo as dificuldades que surgirão ao longo do processo.

A formação dos(as) professores(as) é uma premissa importante no que diz respeito ao processo de inclusão, uma vez que a grande maioria dos(as) docentes alegam a falta de preparo para incluir e trabalhar com alunos(as) com deficiência, evidenciando assim uma lacuna na sua formação. Por esse sentido, como afirma Glat (2007, p. 16):

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem, precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. A proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e os próprios sistemas educacionais.

É necessário enfatizar que trabalhar de forma colaborativa não significa apenas estar ao lado na sala de aula, mas sim dividir de maneira coordenada o compromisso de planejar, avaliar e instruir alunos em salas heterogêneas, buscando facilitar o processo de ensino e

aprendizagem, respeitando o trabalho desenvolvido por cada profissional. Sendo assim, não deve existir uma hierarquia entre os(as) profissionais, o(a) professor(a) especialista não ocupa uma posição superior ao professor(a) da sala regular (Capellini, 2004).

Outro aspecto relevante apresentado pela literatura científica é a divisão dos papéis entre os diferentes atores envolvidos, à medida que a redistribuição de funções exige uma transformação nas atitudes e nas práticas pedagógicas que muitas vezes estão consolidadas e enraizadas no cenário escolar e por isso não se pode esperar que esse processo seja linear e que aconteça num “piscar de olhos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, os resultados preliminares evidenciam a necessidade de uma formação docente contínua, que prepare os professores para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem ao trabalharem colaborativamente. Além disso, os resultados enfatizam que a colaboração entre professores regulares e especializados deve transcender a simples co-presença física na sala de aula. É fundamental que haja uma distribuição coordenada de responsabilidades, baseada em um diálogo constante e no respeito mútuo. Tal colaboração requer um planejamento cuidadoso e uma comunicação eficaz, que permita a construção de um ambiente educacional inclusivo, onde todos os alunos possam se beneficiar das diversas experiências dos educadores envolvidos.

A literatura científica destacou ainda outro aspecto relevante, o impacto positivo na aprendizagem dos alunos, uma vez que, alunos com e sem deficiência tendem a demonstrar ganhos significativos em termos acadêmicos e sociais quando expostos a um ambiente de ensino colaborativo. Isso se deve, em grande parte, à riqueza de perspectivas e métodos pedagógicos que emergem da interação entre professores com diferentes formações e experiências. A pesquisa enfatizou ainda a necessidade de uma reestruturação abrangente nas escolas para implementar eficazmente o ensino colaborativo

Dessa forma, para alcançar uma educação inclusiva de forma eficaz, é essencial que as escolas adotem uma abordagem sistemática e holística em relação ao trabalho colaborativo. Isso inclui investir em formação docente de alta qualidade, fomentar uma cultura de colaboração e respeito mútuo entre os educadores, e reestruturar as práticas e políticas escolares para apoiar esta abordagem. Somente através de tais esforços coordenados será

possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade que promova seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Adriane Gusmao dos. **Formar para incluir** – a formação de professores do atendimento educacional especializado para a educação inclusiva, pautada no ensino colaborativo e na perspectiva do desenho universal para a aprendizagem. 2022. 124 f. Mestrado profissional em educação inclusiva. Instituição de ensino: Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3816>. Acesso em: 16/11/2023.

CAPELLINI, V. L. M. F. **A avaliação das possibilidades do trabalho colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese. (Doutorado em Educação Especial) - UFSCar, São Carlos, SP. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2921>. Acesso em: 15.11.2023.

CAPELLINI, V. L. M. F. ZERBATO, Ana Paula. **O que é o ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na Educação Básica: avaliação e Permanência**. São Paulo: Cortez, 2015.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, 210 p.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, RS, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>>. Acesso em: 28.12.2023.

GONCALVES, Adriana Inocencia. **Ensino colaborativo e formação continuada em serviço: contribuições para práticas inclusivas**. 2022. 154 f. Mestrado profissional em educação inclusiva. Instituição de ensino: Universidade Estadual do Paraná. 2022. Disponível em: <http://profei.unespar.edu.br/paginas/producoes-intelectuais>. Acesso em: 15.11.2023.

LEMOS, Paulo Henrique Guimaraes de. **Formação docente para o ensino colaborativo: trabalho com práticas pedagógicas inclusivas**. 2022. 112 f. Mestrado profissional em educação inclusiva. Instituição de ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente prudente. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/238522> Acesso em: 16/11/2023.

MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, n. 41, p. 80-93, 2011.

MENDES, E. G. **Estratégias inclusivas de escolarização**: da teoria à sala de aula. Marília: ABPEE, 2020.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. São Carlos: UFSCAR, 2012 (dissertação).

SOUZA, M. T. S; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Rev. Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15.11.2023.